

A reinvenção da classe operária de São Paulo: da “revolução branca” às reformas de base (mentalidade, imaginário, consciência de classe)

MURILO LEAL PEREIRA NETO*

Introdução (sobre conceitos e fontes)

Os historiadores comprometidos com a história social elaboraram ou reelaboraram pelos menos três conceitos com o objetivo de refinar sua compreensão das formas de consciência dos grupos, classes ou atores sociais: mentalidade, imaginário e consciência de classe. O investimento de energia teórica nesta elaboração talvez possa ser entendido como parte de um movimento mais amplo de deslocamento das preocupações da ciência histórica, desde o final dos anos 1960, para o “sótão”, ou seja, para o nível da vida social em que a experiência é simbolizada, significada, imaginada, codificada. Esse movimento em direção ao “sótão” revelava inquietações decorrentes da falência dos modelos estruturalistas, economicistas ou deterministas de explicação da vida social. Pode-se dizer que essas inquietações percorreram escolas diferentes de pensamento histórico e que os conceitos antes mencionados (mentalidade, imaginário e consciência de classe) ao mesmo tempo em que se referem a fenômenos ou áreas específicas da realidade, também pertencem a tradições diferentes. O primeiro objetivo deste artigo é empreender um exercício de emprego comparativo dos três conceitos a um determinado processo: as mudanças nas formas de consciência da categoria dos operários metalúrgicos de São Paulo, possíveis de serem apreendidas da análise das edições de *O Metalúrgico*, jornal do Sindicato dos Metalúrgicos entre 1950 e 1964. O segundo objetivo é examinar um aspecto específico das formas de consciência do operariado metalúrgico: suas visões de futuro. Sabemos que a História tem estudado a problemática do controle do passado, da memória coletiva, mas parece ter dado menos atenção aos embates pelo controle do futuro. Não obstante, se existe uma dimensão do tempo que pode, ontologicamente, ser transformada pela ação coletiva esta é a do futuro, daí a importância e a pertinência de compreendermos melhor como os grupos e classes sociais imaginam esta dimensão do tempo que se desdobra e projeta para além

* Doutor. Professor Adjunto da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Campus Osasco.

do imediato, para além de uma geração, e que acolhe esperanças, paixões, projetos e, de certa forma, justifica e dá significado ao presente.

Cabe assinalar, inicialmente, as limitações e possibilidades estabelecidas pela fonte pesquisada. O jornal sindical é um veículo de difusão de informações e valores selecionados diretamente pela diretoria do sindicato ou cuja seleção é influenciada por sua visão de mundo, com vistas à construção do que se poderia chamar de uma hegemonia cultural e política. Assim, no caso específico de *O Metalúrgico*, a “linha” do jornal mudou de 1950 a 1964 na medida em que a diretoria do Sindicato passou das mãos dos “ministerialistas” forjados nos tempos do Estado Novo para as mãos de socialistas, comunistas e janistas, sem que se possa afirmar categoricamente que em cada momento neste percurso a linha editorial jornal tenha representado necessariamente mudanças nas formas de consciência dos metalúrgicos. Portanto, o jornal veicula um discurso hegemônico: o da Diretoria do Sindicato. Por outro lado, certamente nenhuma outra fonte, elaborada por qualquer outra prática social, pode propiciar uma visão privilegiada das formas de consciência de uma classe ou categoria social. Representação, manifestações de formas de consciência são questões difíceis, que só podem ser pensadas de forma aproximativa e indireta. Nossa estratégia de leitura de *O Metalúrgico* neste artigo, portanto, levará em conta três aspectos: a) o processo mais amplo da relação entre o sindicato, como entidade, incluindo diretores e ativistas em geral, com os metalúrgicos; b) a necessidade de “ler nas entrelinhas”, de auscultar os silêncios e o “não-dito”; c) a importância da leitura atenta dos artigos assinados por metalúrgicos que não fazem parte da diretoria do sindicato, destoando, muitas vezes, da “linha hegemônica” veiculada.

Dos três conceitos antes mencionados, por entendermos mais útil à investigação das formas de consciência nas sociedades de classe, adotamos o conceito de consciência de classe. E, por sua ênfase na compreensão da classe e de sua consciência como *formações* histórico-culturais, adotamos a interpretação thompsoniana desse conceito. Entretanto, consideramos que a dimensão da *longa duração* e de *inconsciente coletivo* contido em *mentalidade* e o aspecto *interclassista* presente na idéia de *imaginário social*, podem ajudar para uma reconstrução mais concreta e

completa das manifestações da consciência de classe, sem substituir ou mudar o caráter fundamental do conceito.

Antes de passarmos à análise da idéia de futuro como componente da consciência de classe de metalúrgicos de São Paulo, faz-se necessário um esclarecimento sobre como entendemos os três conceitos, uma vez que as fronteiras entre eles não são claras e aspectos dos três são intercambiáveis.

Da idéia de mentalidades interessa-nos incorporar a conotação de “representação coletiva inconsciente dos homens” (VOVELLE, 1985, p. 118)., aquele lado da vida mental “mal percebido, ou totalmente despercebido pelos contemporâneos”, porque faz parte das “idéias recebidas ou idéias no ar, lugares-comuns, códigos de conveniência e de moral, conformismos ou proibições, expressões admitidas, impostas ou excluídas dos sentimentos e dos fantasmas” (ARIÉS, 2005, p. 235). E também, claro, a temporalidade longa, as raízes remotas, seculares, de certas dimensões da consciência de classe.

O conceito de imaginário social parece, por vezes, ocupar espaço análogo ao de consciência de classe (na versão thompsoniana). Entretanto, o mesmo não foi elaborado para esclarecer as formas de consciência específicas das classes sociais nas condições da luta de classes, mas refere-se a um campo em que bens simbólicos compartilhados são apropriados por forças dominantes a fim de legitimar seu poder. Neste sentido, pode ser útil para qualificar os componentes compartilhados entre a classe e outras classes e para situar melhor o campo simbólico maior no qual a consciência de classe se forja e com o qual se defronta. Cabe lembrar, ainda, que a idéia de imaginário social explicitou com mais vigor do que a de consciência de classe o problema da produção de visões de futuro. Como afirma Brazco, “uma das funções dos imaginários sociais consiste na *organização e no domínio do tempo coletivo sobre o plano simbólico*”, intervindo ativamente na organização da memória coletiva, mas talvez “ainda mais vigorosamente na produção de visões do futuro, em especial na projeção sobre este de obsessões e fantasmas, de esperanças e de sonhos coletivos” (BRAZCO, 2005, p. 30).

Finalmente, cabe recapitular os componentes essenciais do conceito thompsoniano de consciência de classe e explicitar claramente o que se pretende ao pô-lo em contato com as idéias de mentalidade e de imaginário. A consciência de classe é,

para Thompson, assim como para Marx, atividade formadora da própria classe, na medida em que esclarece sobre a identidade coletiva de interesses de um grupo social fundamental e delimita os interesses opostos. Portanto, surge como resultado de um processo histórico de luta de classes e não como algo dado ou engendrado espontaneamente a partir da experiência. A consciência de classe é um atributo da “formação madura de classe”: “A classe e a consciência de classe são sempre as últimas, não as primeiras fases do processo real histórico” (THOMPSON, 1989, p. 37). A consciência de classe é, por sua vez, um fenômeno indeterminado, pode-se ver nas suas manifestações uma lógica, mas nunca uma lei: “A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma” (THOMPSON, 1987, p. 10). Convém esmiuçar, aqui, a definição tão breve e canônica sobre consciência de classe em *A formação da classe operária inglesa*: os homens “nascem” ou entram voluntariamente em determinadas relações de produção e vivem estas relações como “experiência”. Esta mesma experiência, por sua vez, pode ser tratada em termos culturais classistas e, isto ocorrendo, será “encarnada” em: *tradições; sistemas de valores; idéias e formas institucionais*.

Pretende-se neste artigo experimentar a hipótese de que a elaboração da experiência de classe lida, por um lado, com componentes que vem da longa duração e que estão presentes sem que possam ser vistos com clareza ou criticados conscientemente e, por outro lado, a consciência de classe opera em um terreno mais amplo a que o conceito de *imaginário social* se refere. Este terreno está, ao mesmo tempo, fora e dentro da cultura de classe e é em uma relação de subordinação, troca, compromisso, confronto ou negação com o imaginário social que a consciência de classe se organiza.

Passemos agora ao jornal do Sindicato dos Metalúrgicos. Para que seja possível situar as interpretações desenvolvidas a seguir no tempo histórico e no espaço político-social em que se desenvolvia a vida do Sindicato e suas relações com a classe e com a sociedade, é importante delinear alguns contornos. Em 1950 o Sindicato dos Metalúrgicos era presidido por Mário Sobral, um “ministerialista” que assumira em 1949. Segundo Wolfe (1993, p. 144), Sobral era aquele tipo de pelego que prosperava em sindicatos pequenos e fechados, mantendo laços mais estreitos com empresários e

governo do que com a base. O fato é que em uma categoria de aproximadamente 85 mil metalúrgicos, o próprio sindicato divulgava ter, em 1950, 9.938 filiados, 8.750 na Capital e 1.188 no Interior (referindo-se, provavelmente a municípios pertencentes ao que é hoje a Grande São Paulo). Nas eleições de dezembro daquele ano, votaram 3.637 metalúrgicos (O METALÚRGICO, 1951, p. 3). Apresentaram-se duas chapas, a 1, liderada por Mário Sobral, que obteve 845 votos, e a 2, encabeçada por Joaquim Ferreira, que obteve 2.216 votos. A situação econômica dos metalúrgicos era péssima: o último reajuste salarial da categoria ocorrera em 1945 e o salário mínimo mantinha-se congelado desde sua criação, em 1943 (LOPES, 1992, p. 36). Este quadro começou a mudar com a eleição da chapa liderada por Joaquim Ferreira, uma composição entre antigos “ministerialistas” e membros da oposição (PAES, 1979, p. 177). Em 1951, a nova diretoria apresentará denúncia que gerará inquérito política na delegacia de Furtos contra Mário Sobral e dará início a uma campanha de sindicalização. Em 1953, assumiu a direção do sindicato uma diretoria de aliança entre diversas correntes, sendo as principais, socialistas (naquele momento, próximos de Jânio Quadros, que fora eleito Prefeito com apoio do PSB e do PDC) e comunistas, após uma eleição em que se apresentaram três chapas. Esta aliança passou a dirigir o sindicato até o golpe civil-militar de 1964, sendo encabeçada, a partir de 1963, por comunistas. O eleitorado em 1953 não crescera muito em relação às eleições de 1950, aumentando para 5.920 votantes, mas a partir de então, o número de sócios cresceu constantemente, em termos relativos e absolutos. Em 1954, para um total de cerca de 154 mil metalúrgicos, o sindicato tinha 35.800 sócios (O METALÚRGICO, 1954, p. 2) e em 1958, 50.084 (O METALÚRGICO, 1958, p. 4). Nas últimas eleições no período democrático, em agosto de 1963, apesar do índice ainda baixo de participação, em relação ao número de filiados e de operários na base, o eleitorado decuplica comparando-se com as eleições de 1950: 22.668.

A partir de 1953, o sindicato atuará de forma mais mobilizadora: de 1951 a 1963 foram desencadeadas sete greves durante as campanhas salariais, quatro delas, greves gerais (1953, 1954, 1957 e 1963); formaram-se comissões centrais de salários eleitas em assembleia, em todas as greves, foram mobilizadas comissões de fábrica, realizadas manifestações de rua, com enfrentamentos com a polícia. Tem-se, em suma, de 1950 a 1964, um sindicato que passa do controle de correntes ministerialistas

desmobilizadoras, para uma aliança entre socialistas, janistas e comunistas, com um predomínio, no começo dos anos 1950, de socialistas e janistas e, no final do período, de comunistas. O Sindicato passa, nesse processo, da condição de uma entidade assistencialista, oficial e desmobilizadora, a uma associação mais independente, com eleições concorridas, organização de comissões de trabalhadores relativamente autônomas, campanhas salariais mobilizadoras que resultaram, na maioria dos casos, em greves, algumas delas grandes greves gerais articuladas com têxteis, gráficos e outras categorias.

Com relação às visões do futuro, é possível identificar três linhas de elaboração em *O Metalúrgico*: a primeira, e mais freqüente, é a do futuro como continuação melhorada do presente, tempo de uma “vida mais decente”, de “dias melhores”; a segunda visão, menos freqüente, mas também recorrente, pode ser descrita como a de um futuro como ruptura do presente. Esta visão se desdobra em duas versões: política e utópica, como se argumentará a seguir. Finalmente, a terceira visão é a da negação do futuro, portanto da possibilidade de qualquer mudança.

Visão 1 – *Futuro como continuação melhorada do presente* – Consideramos possível agrupar aqui três questões: a) a necessidade da manutenção da paz social; b) os custos, para governo e empresário, da manutenção da paz social; c) a projeção do futuro na prole.

Até pelo menos o início dos anos 1960, a idéia da paz social é organizadora da visão de futuro predominante nas páginas de *O Metalúrgico*. O antagonismo social estrutural é negado, relativizado ou reinterpretado, como se fosse um obstáculo estorvando a obtenção de um ambiente social mais harmonioso. Em artigo de março de 1950, o Dr. Antonio Cunha, médico do Sindicato e colaborador assíduo de *O Metalúrgico*, defendia o aprimoramento da educação psicológica e moral tanto de operários quanto de patrões a fim de melhorar a relação entre ambos (*O METALÚRGICO*, 1950, P. 6). Em 1958, o associado Pedro Filizola defende idéia análoga no artigo “A vida podia ser melhor”, argumentando que, assim como havia centros de reuniões de ricos “devia existir também alguns clubes que pudessem unir as duas classes, em que o pobre pudesse conversar com o rico, tomar amizade, divertirem juntos, por certo seria muito melhor...” (*o metalúrgico*, 1958, P. 5). Uma versão

inteiramente patronal da idéia da paz social é apresentada no artigo “Justiça”, assinado por Cíndia Pedraz Forgado, publicado em junho de 1950. A autora condena como ilusória a expectativa de melhorar as condições de “assistência, conforto, descanso” dos operários por meio das greves. Estas, ao contrário, “lamentavelmente fazem regredir as possíveis benfeitorias que dentro da ordem, paulatina, mas infalivelmente lhe adviriam do bem intencionado empregador”. O futuro da nação e dos metalúrgicos dependeria de outra atitude: “Pela paz...pelo trabalho honrado...ajudemos o Brasil...por ele...por nós mesmos, se não, quem o fará?!” (O METALÚRGICO, 1950, p. 2). Uma tentativa curiosa de salvar a idéia da harmonia social em uma conjuntura não muito propícia, encontramos no artigo “Defesas do Trabalhador”, de Eldah Duarte, publicado em fevereiro de 1960. Segundo a autora: “(...) o trabalhador não pode encarar o patrão como um inimigo – entretanto deve sempre encará-lo como um adversário. Adversário como aquele do campo esportivo, para o qual toda a cautela é pouca (...) Visa sempre o trabalhador obter garantias de trabalho, melhoria salarial (...) - o patrão, ao contrário, visa pagar o menor salário possível (...) Campos opostos que se chocam – eis aí, portanto, adversários esportivos em luta” (O METALÚRGICO, 1960, p. 5).

Uma visão cristã conformista do futuro como versão melhorada do presente, pode ser vista no artigo sobre o Primeiro de Maio de 1955, assinada pelo metalúrgico Hermenegildo Guarnieri: “(...) hoje, portanto, é o dia dos homens do trabalho, que com tanta galhardia suportam o peso de suas responsabilidades, sempre esperando por dias melhores, direito este que todos almejam na vida”. Lembrando que maio é o “lindo mês de Maria”, continua o articulista: “Justamente o seu primeiro dia é festa dos trabalhadores, os quais respeitam as leis de Deus, lutando e se conformando com a sorte que lhes foi destinada, trabalhando, sustentando a luta para uma união cada vez mais sólida e para que assim possamos vencer” (O METALÚRGICO, 1955, p. 2).

O metalúrgico Emilio Manzano, por sua vez, no artigo “Não há paz social com *diferenças*”, publicado em maio de 1953, identifica na escolha errada, por parte dos empregadores, de seus auxiliares – chefes de departamento de pessoal, mestres, contra-mestres e encarregados – o principal obstáculo à consecução da paz social. Esses auxiliares deveriam ser “elementos de caráter bem formado, persuasivos, que se coloquem à altura de suas atribuições, que sejam imparciais, sem egoísmos e sem

vaidades”. Assim, estariam contribuindo “(...) para a pacificação de grandes divergências em suas indústrias e cooperando para a PAZ SOCIAL em nosso Brasil” (O METALÚRGICO, 1953, p. 8).¹

Portanto, nesta visão de futuro, trata-se de projetar para a frente o modelo de sociedade em que cada um desempenha suas funções de maneira harmoniosa, corrigindo-se as falhas que no presente impedem uma melhor integração: falta de educação, falta de convívio, greves, falta de “espírito esportivo”.

Entretanto, a idéia da paz social é também apropriada de forma crítica. Com frequência os articulistas de *O Metalúrgico* ressaltam a distância entre ideal e realidade, apontam padrões e governo como responsáveis pela quebra da paz social e cobram medidas que poderiam assegurar a verdadeira harmonia social.

Em dezembro de 1950, Luciano Vieira, como parte da campanha pelo pagamento pelos empresários do 13º salário, então denominado “Abono de Natal”, escreveu o artigo “Seria tão fácil!!!”, ponderando que a harmonia social seria alcançável desde que a Constituição fosse regulamentada e cumprida, particularmente o artigo que previa a participação dos trabalhadores no lucro das empresas. Como compensação pelo descumprimento da Carta Magna, fazia-se necessária a concessão do Abono da Natal: “Sim, seria tão fácil fazer reinar a harmonia social dentro de um local de trabalho, se as duas partes interessadas nessa questão cumprissem o que manda a nossa Carta Magna, no referente ao assunto”, o que permitira que “o dia do nascimento do Cristo Redentor seja comemorado como uma data festiva e não uma data de vendas e reivindicações” (O METALÚRGICO, 1950, p. 6). Note-se a ameaça implícita no pedido.

Dois artigos publicados em março de 1953, durante a Greve dos 300 Mil, revelam-nos formas diferentes de apropriação crítica do ideal da paz social: no primeiro, fica claro que o preço da paz é a manutenção e ampliação da legislação social. Noticiando a cerimônia de assinatura por Vargas do decreto instituindo o Auxílio Maternidade, o artigo assinala que o presidente acenara com a possibilidade da instituição de outros auxílios, como o funeral, e conclui: “Com a garantia de que sua família está amparada, o trabalhador tem a tranqüilidade de espírito para trabalhar e

¹ Maiúsculas do jornal.

produzir” (O METALÚRGICO, 1953, p.4). Na página seguinte do mesmo jornal, um metalúrgico que assinava “47”, publicou o artigo intitulado “Governo-Política-Fome”, trazendo como subtítulo: “Aos meus prováveis leitores, me desculpem por esse desabafo”. Neste artigo, “47” apresenta idéias que, para efeito de análise, estamos estudando separadamente: a crítica à falsa paz social, a temática do futuro como ruptura e a projeção do futuro na prole. O artigo comenta a passeata de 200 mil trabalhadores, realizada durante a Greve dos 300 Mil, em protesto contra o encarecimento do custo de vida e alerta: “Atenção, senhores dos mais altos poderes...aqui em baixo o suor e as lágrimas podem e já estão minando o alicerce de um fala paz social que não pode existir faltando arroz e feijão ao trabalhador” (O METALÚRGICO, 1953, p. 5). A passeata, a greve e a eleição de Jânio Quadros, em 22 de março, são motivos suficientes para que a ameaça de uma nova revolução como a francesa fosse evocada: “Por que seremos nós os eternos bodes expiatórios quando há muitos e muitos vagabundos e parasitas que merecem uma lição idêntica àquela que no século passado a França deu ao mundo?”. O artigo finaliza apresentando uma idéia que associa o futuro ao bem estar da prole: “(...) nós queremos a verdadeira política da paz social, nós trabalhamos e não admitimos que os nosso filhos tenham de passar fome!” (O METALÚRGICO, 1953, p. 5).

Um último exemplo de como o movimento operário aprendeu a cobrar um alto preço por um futuro de paz social encontramos no artigo sobre a realização da I Conferência da Mulher Trabalhadora, realizada na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em junho de 1956. O requisito apresentado para a “conquista de uma vida mais justa e mais feliz” era a “existência de um poderoso movimento sindical, onde homens e mulheres estejam unidos” (O METALÚRGICO, 1956, p. 1). Por sua vez, para assegurar “à grande família brasileira um clima de tranquilidade sem ódios ou ressentimentos” são apresentadas algumas condições: efetivação do princípio a salários igual, trabalho igual, “já assegurado pela Constituição Federal”; aumento do salário mínimo; extinção do Fundo Sindical e revogação do Decreto 9070 (proibindo greves); aposentadoria integral aos 25 anos de serviço e 45 de idade; instalação de creches e casas maternais nos locais de trabalho e moradia, entre outras.

Podemos concluir que o ideal da paz social é um daqueles “princípios reguladores” da ordem pública que organizam o imaginário e captam as energias

criativas de metalúrgicos quando estes tratam de projetar um futuro coletivo melhor. Talvez se possa pensar que um componente forte do imaginário social fundado no Estado Novo e reelaborado no período populista iniciado no Segundo Governo Vargas seja o da harmonia social, significando várias coisas ao mesmo tempo, dentre elas, a liquidação dos extremismos que ameaçavam a família brasileira, como postulado no preâmbulo da Constituição de 1937 e, ao mesmo tempo, uma espécie de isonomia de direitos sociais, consubstanciada na legislação trabalhista. A consciência de classe que se insinua nas páginas de *O Metalúrgico* mais nitidamente a partir de 1953, ao mesmo tempo em que elabora a experiência das greves, da organização das fábricas, da luta dos piquetes, trabalha, ao mesmo tempo, com idéias, significados e valores que fazem parte de um imaginário social herdado e compartilhado pelos metalúrgicos, em que a idéia da paz social é elemento central. Os metalúrgicos vão, então, reproduzir a versão mais conservadora deste imaginário, vão re-imaginá-lo a partir de um esforço individual de localizar e remover os empecilhos à sua consecução, ou vão re-significá-lo à sua medida: o principal empecilho à paz social seria o egoísmo dos patrões e seu requisito básico, a ampliação do escopo e os respeito às leis trabalhistas e de proteção social.

A permanência sedutora do ideal de “paz e amor” no imaginário político nos dias atuais leva-nos a supor que se trata de algo que percorre uma longa duração, portanto de um componente de mentalidade. Considerando-se, porém, que a história social brasileira é marcada não pela paz social, mas por conflitos extremamente violentos, como a Cabanagem, a Balaiada, a Farroupilha, a Revolução Federalista, Canudos, Contestado, a Revolta da Vacina, da Chibata, a guerrilha urbana e rural nos anos 1960 e 1970, Eldorado dos Carajás, entre outros; considerando-se, ainda, que as soluções político-institucionais em períodos de transição como do trabalho escravo para o livre, do Império para a República, do Estado Novo ou da ditadura civil militar de 1964 para a república democrática, foram controlada pelo alto por setores conservadores que se anteciparam à mudança promovendo o “transformismo”, nossa hipótese é que a mentalidade da paz social apóia-se em traumas, na negação dos sofrimentos, dos conflitos, das derrotas, das humilhações e não em uma experiência vivida de paz social.

Uma terceira forma de se projetar o futuro como melhoria do presente é imaginando dias melhores para os filhos. Garantir o futuro dos filhos é um valor

frequentemente evocado para justificar e legitimar as reivindicações e lutas, como também um valor disputado por sujeitos e projetos diferentes. Em artigo publicado em 1950, o diretor do sindicato Aldo Lombardi defende um “salário mínimo familiar” (ou seja, que garantisse a reprodução de toda a família e não apenas do trabalhador) como condição para impedir a derrocada da linhagem: “Sem um salário mínimo familiar compensador, o operário de critério tem um título extremamente ingrato e desmoralizador, degradante para ambos os consortes e de desastrosas conseqüências para o lar e a família” (O METALÚRGICO, 1950, p. 3). Em outro momento, após uma conturbada assembléia realizada em 14 de novembro de 1952, em que os funcionários da DRT presentes impediram a formação de uma comissão de salários para auxiliar a Diretoria na campanha salarial, cassaram a palavra de vários oradores e não permitiram homenagens ao presidente do Sindicato dos Têxteis, Joaquim Teixeira, morto em acidente aéreo, vários artigos de protesto foram publicados em *O Metalúrgico*. O tema da luta legitimada pela defesa de um futuro para os filhos aparece em dois artigos, o primeiro, afirma: “Sentimos na carne e na alma a crueldade de nos negarem viver com dignidade e de poder dar aos nossos filhos uma orientação para que possam ocupar os seus lugares como homens de amanhã”. O segundo conclui que são os metalúrgicos, e não os funcionários da DRT, que devem mandar em suas assembléias: “São esses que mandam nas suas assembléias,. Tão somente para exigir o direito de viverem com dignidade, dando pão para os seus filhos”.

O apelo político da garantia de um futuro melhor para o filho do trabalhador parece não ter passado despercebido pelo Ministro do Trabalho Honório Monteiro que, no final de 1949, resolveu doar cadernetas de poupança da Caixa Econômica Federal para os filhos dos metalúrgicos menores de 14 anos. A doação fora acompanhada por um cartão do Ministério com a seguinte mensagem: “Que este depósito inicial desperte em você o firme e deliberado propósito de aumentá-lo sempre, é o que espera o seu amigo, Honório Monteiro” (O METALÚRGICO, 1950, p. 13). O efeito pretendido pelo gesto poder ser percebido pelo artigo publicado pelo Diretor do Sindicato, Luciano Vieira: “Guardarei como uma das mais preciosas lições de humanidade as palavras escritas no cartão do Ministério do Trabalho (...) Leiam, companheiros! E meditem bem nessa sábia advertência, pois ela diz tudo, para que façamos a felicidade futura de nossos filhos e se cumprirmos a nossa missão estaremos trabalhando também pela

grandeza de nosso querido Brasil!”. O efeito prático da iniciativa, porém, parece ter sido pequeno, pois o próprio Luciano Vieira reclamava do “nenhum interesse da maioria de meus companheiros metalúrgicos, pais, como eu, de filhos menores” (O METALÚRGICO, 1950, p. 13)

Deve-se lembrar que a formação dos filhos captura uma das projeções de futuro de todas as classes e grupos sociais. No caso dos metalúrgicos, verificamos que os significados deste futuro são disputados por dirigentes sindicais empenhados em arregimentar forças para a luta e pelo Ministro do Trabalho, empenhado em projetar um futuro melhor pela poupança e, por conseguinte, pelo trabalho disciplinado e a moderação dos costumes.

Visão 2 – O futuro como ruptura com o presente: revolução, reformas e utopias.

O futuro também aparece, em *O Metalúrgico*, como um tempo descontínuo em relação ao presente, transformado por revoluções ou reformas ou, ainda, inteiramente renovado por forças sobrenaturais, exteriores aos sujeitos.

A necessidade de uma revolução é defendida em dois artigos, com conotações bem distintas. O primeiro, assinado por Antonio Borges em março de 1950, intitula-se “Façamos a Revolução Branca” e seu conteúdo consiste em uma impressionante antecipação do projeto que moveu a classe média paulista no apoio ao golpe de 1964. Diagnostica-se um avanço vertiginoso do progresso material e científico em defasagem com a evolução moral dos indivíduos, tendo como resultado “muitos órfãos de pai e mãe” e também “muitos órfãos com pai e mãe”. Assim comprometia-se “o futuro da Pátria e com ela o da humanidade”. A solução seria a mobilização de entidades como sindicatos, SESC, associações femininas, todas “fazendo a revolução branca, antes que o povo a faça”. A revolução do povo traria “sangue, suor e lágrimas”, enquanto a revolução branca propiciaria “sorrisos, festas e homenagens” (O METALÚRGICO, 1950, P. 5).

A bandeira da revolução, portanto, é levantada pela primeira vez no Sindicato, não pelos comunistas ou socialistas, mas pela direita, com objetivos moralizantes, visando um futuro saudável para a pátria e a humanidade.

A idéia de revolução aparece com sentido oposto em um artigo em homenagem aos mártires de Chicago, publicado no Primeiro de Maio de 1953. Aqui, os trabalhadores e militantes condenados à morte são homenageados por “se sacrificarem orientados no sentido da revolução social, pela luta de classe para a conquista de leis para os trabalhadores (...) por isso, rendemos preito e homenagem àqueles que há 67 anos tombaram em defesa do Direito, da Justiça e da Paz!” (O METALÚRGICO, 1953, P. 1). Portanto, as leis trabalhistas e a paz aparecem agora como resultado da revolução social e não como doações ou concessões para a manutenção da paz social.

A politização do debate sobre o futuro recebeu um grande impulso por iniciativa do próprio Getúlio Vargas. No discurso de Primeiro de Maio de 1952, transcrito na íntegra em *O Metalúrgico*, o presidente posicionou-se frente às alternativas de reforma ou revolução: “Achamo-nos numa encruzilhada, onde teremos de escolher entre dois caminhos: o da reforma social voluntária e consciente ou o da violência que nada constrói” (O METALÚRGICO, 1952, p. 1). Neste discurso, Vargas fez um chamado que iria calar fundo na consciência dos militantes sindicais: os representantes dos trabalhadores deveriam aprender a governar, a fim de poderem, no futuro, “pesar decisivamente na balança das grandes decisões públicas”. Não se tratava, certamente, de aprender a governar como força autônoma, com um projeto próprio, mas de participar da administração pública sob a tutela do governo varguista em um projeto corporativo: “A união será a vossa força. Mas não basta a união. É preciso que vos prepareis intelectual e politicamente para a direção dos negócios públicos”.

Os metalúrgicos parecem ter acreditado entusiasticamente no chamado de Vargas, desencadeando um processo prolongado de pressões pela democratização do Estado. Já na edição seguinte do jornal, o moderado José Maia Ribeiro parece responder ao discurso do Presidente, no artigo “Atentem para o nosso apelo – A nossa colaboração se é rude também é sincera”. Ribeiro informa que grande quantidade de memoriais vinha sendo encaminhada ao Ministério do Trabalho, à Justiça e outras autoridades, sem resultado: “Os governos têm solicitado a nossa colaboração e nós, trabalhadores, temo-la dado da melhor forma desejada, entretanto ao que tudo indica não temos sido atendidos em nossas mais justas reivindicações”, resultando em um crescimento da revolta operária “contra tudo e contra todos” (O METALÚRGICO, 1952, p. 5). Ainda

na mesma edição, artigo assinado por Adriano Champanhole cobra do Presidente cumprimento de suas promessas de entregar a direção dos Institutos de Aposentadoria e Pensões a representantes dos trabalhadores. Em outro artigo é noticiada a movimentação de “líderes sindicais desta capital” para a formação do Partido Nacional Sindicalista, que teria como meta “cuidar tão somente de pleitear aos trabalhadores a entrega dos institutos e ministérios que lhes são de direito” (O METALÚRGICO, 1952, p. 11). As pressões para que representantes sindicais passassem a controlar determinadas áreas do Estado continuarão, exigindo-se, por exemplo, em 1956, que sindicalistas tivessem o poder de fiscalizar a aplicação das leis trabalhistas ou o tabelamento de preços, como fiscais do COFAP (Companhia Federal de Abastecimento e Preços) e como delegados com assento no plenário da COAP (Companhia Estadual de Abastecimento e Preços).

Se o futuro do movimento sindical estava em sua participação no governo, no discurso de Vargas; no discurso de dirigentes ligados ao sindicalismo um futuro melhor para o Brasil dependia da atuação do movimento sindical. Em artigo de 1954, Marry Salles Haussmann convida os metalúrgicos a freqüentarem a sede do sindicato, tomando parte ativa da vida associativa, pois a massa metalúrgica “(...) que nunca traiu a Pátria Brasileira e sempre ajudou a manter o regime e defender nossas instituições há de elevar o Brasil à categoria de grande potência mundial (...)”(O METALÚRGICO, 1954, p. 3).

Portanto, vimos, até aqui, que as visões de futuro podem ser elaboradas como ruptura, associada à idéia da revolução, seja a “branca”, visando a restauração de valores morais tradicionais em um mundo em acelerado processo de modernização, seja a “social”, para o estabelecimento dos direitos e da justiça, na tradição do movimento operário europeu e norte-americano (dos mártires de Chicago). Outro caminho para a mudança seria o das reformas, como propostas no discurso de Vargas, ampliando a participação dos sindicalistas no governo e na visão de Marry S. Haussmann, abrindo a possibilidade de que o Brasil se transformasse em grande potência. Cabe assinalar que o tempo presente, após oito anos de governo Lula, como futuro do daquela conjuntura do Governo Vargas e do populismo, parece realizar um futuro então sonhado: um governo que abre as portas dos ministérios, autarquias e estatais aos sindicalistas, promove o crescimento econômico e retoma a quimera do “Brasil grande potência”.

No final dos anos 1950, o tema das reformas, como se sabe, transforma-se na principal bandeira da esquerda trabalhista, nacionalista e comunista, sendo consolidado na plataforma das *reformas de base*. A questão das leis trabalhistas e dos direitos sociais passa a um segundo plano e ganha relevo nas páginas de *O Metalúrgico* a defesa das reformas de base, da indústria nacional e da formação de um “governo democrático e nacionalista”.

Com relação à indústria nacional, um memorial encaminhado ao governador Carvalho Pinto critica a exigência, apresentada em editais para compra de vagões para as estradas de ferro Sorocabana e Araraquarense, de que os mesmos fossem de aço inoxidável, o que impediria a participação da indústria nacional. Argumenta-se que “o desempenho de tarefas rudes” não impede à classe operária paulista contribuir para a solução dos problemas nacionais. Ao contrário, por ser a mais afetada pelas decisões, a classe operária teria desenvolvido “elevada consciência de seu papel nos destinos da nação e, com nitidez e precisão, distingue o caminho acertado” (O METALÚRGICO, 1959, p. 4 e 5). Além do problema de que a substituição do aço inoxidável por outro material poderia prejudicar a qualidade e a durabilidade dos vagões, queremos chamar a atenção para a idéia de que os operários contribuem para a consecução de um destino nacional mais promissor defendendo a indústria nacional, idéia que aparecerá com frequência até o golpe de 1964.

Com o fortalecimento da presença dos comunistas na direção do Sindicato dos Metalúrgicos, que vai culminar com a vitória da chapa de Afonso Delelis em agosto de 1963, o discurso sobre as reformas de base aparece como dominante e parece querer canalizar todas as energias e sonhos de um futuro melhor. Na edição de janeiro/fevereiro de 1963, de *O Metalúrgico*, a “comissão pró divulgação e esclarecimento das reformas de base de trabalhadores metalúrgicos” convoca a todos para uma reunião no sindicato e para se inscreverem nos cursos, palestras, conferências e debates que seriam promovidos: “Para salvarmos milhões de crianças brasileiras da MORTE LENTA, estão todos convocados para esta grandiosa luta de emancipação da Pátria brasileira”(O METALÚRGICO, 1963, p. 1).

Pode-se supor que o projeto de futuro das reformas de base não encontrou o tempo necessário para consolidar-se como força hegemônica. Pode-se supor, ainda, que

o imaginário que projetava para o futuro a preservação da paz social, com modificações tópicas nas relações entre patrões e empregados, não tenha cedido espaço e tenha, assim, refreado a onda reformista dos anos 1960-1964. Pode-se supor que o comício da Central do Brasil no Rio de Janeiro e a Marcha da Família, com Deus pela Liberdade, em São Paulo, tenham sido momentos decisivos de confronto entre o imaginário associado ao projeto da “revolução branca” e ao da “revolução social” e que o segundo tenha saído enfraquecido do episódio. Cabe, também, pensar que a tentativa de construção do projeto das reformas de base como força hegemônica pode ter querido avançar por falsos caminhos. É o que se depreende da avaliação da greve geral de 14 de setembro de 1962, qualificada como “plenamente vitoriosa”, uma demonstração “pujante da poderosa unidade, organização e combatividade da classe trabalhadora que assume, desta forma, o seu decisivo papel na vida nacional”. Estariam abertas as condições para que o Presidente da República formasse um “Governo nacionalista e democrático” (O METALÚRGICO, 1962, p. 3). Em outro artigo, o vice presidente do Sindicato, José de Araújo Plácido, afirma que “a unidade nacional da classe operária tem como objetivo conquistar um governo democrático e nacionalista em que participem operários, estudantes, intelectuais e camponeses” (O METALÚRGICO, 1962, p. 4). Um terceiro artigo, nesta mesma edição do jornal, assinado por Balthar Filho afirma que o tempo presente caracterizava-se por ser uma “indubitável fase pré-revolucionária” e que em breve a casa “iria cair” e então “não haverá nem choro nem vela”(O METALÚRGICO, 1962, p. 5). A percepção de que as reformas de base haviam conquistado corações e mentes ou, nos termos de hoje, transformado o imaginário social e canalizado o sonho de futuro da classe operária mostrou-se exagerada e precipitada.

Pode-se afirmar que as projeções de futuro apresentadas neste tópico, até aqui, se filiam, com exceção da proposta da “revolução branca” a uma linhagem do reformismo, do trabalhismo, da social-democracia. Nesta perspectiva, o futuro é racionalmente planejado. Ao contrário, em dois artigos encontramos a dimensão do futuro associada a elementos do imaginário cristão. No primeiro, publicado em outubro de 1954, o sindicalista José Maia Ribeiro compara o movimento sindical à Arca de Noé. As greves de 1952, 1953 e 1954 são reconhecidas como “um grito de alerta que o trabalhador paulista, num momento de exaustidão [sic] e angústia, soltou como que prevenindo a transformação social que se aproxima (...) Noé, durante quarenta anos (...)

bateu martelo construindo a salvação e avisando aos que lhe viram e ouviram (...) O prenuncia está aí, o mundo inteiro tomou conhecimento desse modestíssimo movimento de protesto e tornou-se histórico, como histórica é a Arca de Noé”(O METALÚRGICO, 1954, p. 2). Em outro artigo, assinado por “L.S.”, a constatação contundente das desigualdades sociais não se dilui na solução da paz social e nem se resolve na trilha das reformas ou da revolução, mas sim em um tempo inteiramente diferente, o da justiça divina. “L.S.” protesta: “O mundo está errado, pois enquanto uns ganham dinheiro comprando ricos e luxuosos automóveis, outros não têm o que comer nem onde morar. Como as coisas mudaram. Deus não fez as coisas assim. Não sou político, luto também ao lado dos meus colegas escravos, pode-se dizer, do mesmo patrão. Mas estou revoltado contra esse mundo errado que vejo na frente, esse mundo que é somente dos ricos (...) Mas ainda não está tudo perdido, ainda nos resta uma esperança: a justiça divina. Somente ela pode curar o nosso querido Brasil dessa terrível doença, o EGOISMO, sem nos abandonar na luta dentro do Sindicato, com a união de todos os trabalhadores sindicalizados” (O METALÚRGICO, 1955, p. 2).

Pode-se dizer que nestes dois artigos manifestam-se fios de energias utópicas ainda presentes na forma como os metalúrgicos imaginam um outro futuro, instaurado não por um processo de rupturas ou mudanças graduais, mas por uma força divina.

Visão 3 – *Negação do futuro*. Em alguns momentos, a opressão e a exploração parecem bloquear o horizonte, impedindo qualquer visão de futuro. É o que se percebe no artigo de Atahyde Rezende, publicado em maio de 1955. O autor avalia que, após a morte de Getúlio Vargas, o Brasil fora relegado a um “estado de incerteza, de angústia, de apreensões” e quem mais sofria com este drama eram os operários “embrutecidos pelo sofrimento, atrofiados pela fome, desgovernados pelo abandono e indiferentes à turba-multa dos que correm em busca do poder e da riqueza”. Restava a eles trabalhar com “resignação estóica” para levar a diante a “gloriosa batalha de produção, que visa a grandeza do Brasil” (O METALÚRGICO, 1955, p. 5). Em um artigo de novembro de 1959, o vice-presidente do sindicato, José de Araújo Plácido, membro do PCB, traça com vigor o quadro da desesperança operária, que teria se materializado na estrondosa votação no rinoceronte Cacareco nas eleições para a Câmara Municipal: “Entra ano e sai ano e a classe operária não achando uma solução para os seus problemas, em vez de

se organizar para enfrentar esses poderosos, procura um salvador, que seja um Messias de nossa era. Uma vez que não aparece, serve mesmo um Cacareco”. Ou, ainda pior: “Alguns trabalhadores honestos pensam mesmo em uma ditadura para tirá-los desta situação”.

Conclusão

Tentamos demonstrar que, assim como o passado, associado à memória, o futuro, associado aos projetos, merece ser estudado pela História, uma vez que é campo em disputa, muito revelador dos modos de pensar e imaginar das classes, grupos e sociedades. A visão de futuro que o jornal sindical estudado nos revela difere muito das visões utópicas do movimento operário europeu do começo do século XIX, das visões programáticas, associadas às organizações operárias fortes, como os grandes partidos socialistas e comunistas, bem como das visões messiânicas ou milenaristas dos movimentos de trabalhadores rurais brasileiros. Trata-se de uma visão de futuro que se elabora dentro de um imaginário social compartilhado, embora não o reproduzindo sem modificações, mas por meio de apropriações, críticas, adaptações. A consciência de classe aparece, portanto, ligada à experiência social operária, encarnada em instituições e valores, formando-se como resultado das lutas (como defende Thompson), mas aparece também comprimida no quadro de um imaginário social mais amplo e vergada sob o peso de dispositivos de longa duração, difíceis de identificar e de transformar.

Bibliografia:

ARIÈS, Philippe. “A História das Mentalidades”. In: LE GOFF. *A História Nova*. 5ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BRAZCO, Bronislaw. *Los imaginarios sociales: memórias y esperanzas coletivas*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2005.

LOPES, Carmen Lucia Evangelho. *A organização sindical dos metalúrgicos de São Paulo*. Tese de Doutorado. São Paulo, Departamento de Ciências Sociais, FFLCH, USP, 1992.

PAES, Maria Helena Simões. *O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Departamento de História, FFLCH, USP, 1979.

THOMPSON, E. P. *Tradición, revuelta y consciencia de clase: studios sobre la crises de la sociedad preindustrial*. 3ª ed. Barcelona: Crítica, 1989.

_____. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

VOVELLE, Michelle. *Ideologias e mentalidades*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

WOLFE, Joel. *Working women, working men: São Paulo and the rise of Brazil's industrial working class (1900-1955)*. Durham: Duke University Press, 1993.

Outras Fontes:

Edições do Jornal O Metalúrgico de 1950 a 1964